



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**CAMPUS DE REALEZA**

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

**SILMARA SILVA DOS ANJOS**

**SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS DOCENTES: o caso de uma  
escola de educação especial do interior do Paraná**

**REALEZA**

**2017**

**SILMARA SILVA DOS ANJOS**

**SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OS DOCENTES.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciada em Ciências Biológicas.

**Orientador:** Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia.

**REALEZA**

**2017**

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:.....	7
2. METODOLOGIA DE PESQUISA: .....	11
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES:.....	13
3.1 Formação em educação sexual: .....	14
3.2 Significado de educação sexual:.....	15
3.3 Definição do termo sexualidade: .....	16
3.4 Temáticas sobre o corpo, gênero, orientação sexual e sexualidade: .....	17
3.5 Educação sexual na escola:.....	18
3.6 Manifestação dos desejos sexuais dos alunos: .....	19
3.7 Formação das docentes no campo da educação sexual: .....	20
3.8 Trajetória profissional e experiências no campo da educação sexual: .....	20
3.9 Práticas pedagógicas sobre educação sexual: .....	22
3.10 Papel dos pais na promoção da educação sexual e o vínculo na escola: .....	25
4. CONCLUSÃO:.....	26
5. REFERÊNCIAS: .....	27
6. ANEXOS:.....	31

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

Anjos, Silmara Silva dos  
Sexualidade, Deficiência Intelectual e os Docentes./  
Silmara Silva dos Anjos. -- 2017.  
1 f.

Orientador: Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura Em ciências Biológicas , Realeza, PR, 2017.

1. Resumo. 2. Introdução. 3. Materiais e Métodos . 4.  
Resultados e Discussões . 5. Conclusão. I. Garcia,  
Ronaldo Aurélio Gimenes, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Resumo:**

Pessoas tidas “normais” apresentam visivelmente dificuldades em compreender que sujeitos com Deficiência Intelectual têm direito ao exercício da sexualidade. A sexualidade integra a personalidade humana, sendo um conjunto que envolve os aspectos de ordem física, emocional, psicológica e social. É constitutiva de todo ser humano, abrangendo as relações afetivas, eróticas e relacionais dos sujeitos. O objetivo deste trabalho foi investigar os sentidos atribuídos à educação sexual promovida para estudantes com Deficiência Intelectual por professores que atuam em uma escola de educação especial, bem como, identificar como se deu o processo de formação dos docentes investigados em relação à sexualidade e a educação sexual dos jovens no contexto da educação sexual. Assim, a Deficiência Intelectual é entendida como alterações nas estruturas mentais para o conhecimento. A mesma é caracterizada como sendo um quadro psicopatológico que se refere, de maneira especial, às funções cognitivas. Metodologicamente, este trabalho caracterizou-se como exploratório qualitativo. Foram entrevistadas seis docentes que atuam em uma escola de educação especial, de um município do Sudoeste paranaense. A coleta das informações da pesquisa ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas. A entrevista foi realizada individualmente, de modo a garantir a confidencialidade dos dados, o conforto, à espontaneidade, a formação do vínculo entre entrevistadora e as entrevistadas. O procedimento de análise dos dados foi pautado na análise de conteúdo de Bardin. No que se refere a este estudo nota-se a necessidade de se aprofundar mais nas questões relacionadas à sexualidade, em especial a sexualidade de jovens Deficientes Intelectuais. Mediante os relatos das participantes, percebeu-se no grupo de professoras a dificuldade de preparação das mesmas para trabalhar este assunto em sala de aula. Considera-se se assim a grande importância de estudos voltados a este tema, o qual possibilita o melhor conhecimento e aperfeiçoamento dos educadores e também dos educandos sobre este assunto.

**Palavras-Chave:** Deficiência Intelectual; Sexualidade; Jovens; Educação Sexual.

**Abstract:**

People who are "normal" clearly have difficulties in understanding that subjects with Intellectual Disability have the right to exercise sexuality. Sexuality integrates the human personality, being a set that involves aspects of physical, emotional, psychological and social order. It is constitutive of every human being, encompassing the affective, erotic and relational relationships of the subjects. The objective of this study was to investigate the meanings attributed to sex education promoted for students with Intellectual Disabilities by teachers working in a special education school, as well as to identify how the process of training of teachers investigated in relation to sexuality and education of young people in the context of sex education. Thus Intellectual Disability is understood as changes in the mental structures for knowledge. It is characterized as being a psychopathological framework that refers, in particular, to cognitive functions. Methodologically, this work was characterized as qualitative exploratory. Six teachers were interviewed, who work in a special education school in a municipality in Southwest Paraná. The collection of research information was done through semi-structured interviews. The interview was conducted individually, in order to guarantee data confidentiality, comfort, spontaneity, and the formation of the link between the interviewer and the interviewees. The data analysis procedure was based on the Bardin content analysis. With regard to this study, it is necessary to study more deeply the questions related to sexuality, especially the sexuality of young people with

intellectual disabilities. Through the reports of the participants, it was noticed in the group of teachers the difficulty of preparing them to work on this subject in the classroom. It is therefore considered the great importance of studies on this subject, in which it makes possible the better knowledge and improvement of the educators and also the students on this subject.

**Keywords:** Intellectual Disability; Sexuality; Young; Sex Education.

## 1. INTRODUÇÃO:

Não raro, pessoas supostamente “normais” apresentam expressivas dificuldades em compreender que sujeitos com Deficiência Intelectual têm direito ao exercício da sexualidade. Desde a antiguidade até os dias atuais, convivemos com diferentes tabus, entre eles o da sexualidade, o qual está enraizado na cultura e na trajetória dos jovens, sendo a vida sexual deste grupo populacional estigmatizada e encarada em uma perspectiva patológica (FONSECA, et al 2011; ZIMBRES; PALMA, 2009).

O que dizer então do tabu referente à sexualidade dos jovens Deficientes Intelectuais? A sexualidade da pessoa com Deficiência Intelectual é permeada por preconceitos (ALMEIDA, 2009). Tais sujeitos costumam apresentar baixo nível de informação a respeito da sua sexualidade e são, frequentemente, privados do acesso à educação sexual (ALMEIDA, 2009). Para Amor Pan (2003) a Deficiência Intelectual deve ser encarada de forma realista e humanizada, tendo-se como pano de fundo a igualdade de direitos e a visibilidade das potencialidades, desejos e vontades de cada um desses sujeitos. No entanto, os fatos reais não se encaminham desta forma, pois quando a sexualidade está relacionada com a Deficiência Intelectual ou com alguma outra deficiência, a sociedade simplesmente nega a existência desta dimensão constitutiva desses sujeitos (AMOR PAN, 2003).

A sexualidade é constitutiva de todo ser humano, abrangendo as relações afetivas, eróticas e relacionais entre os sujeitos. Portanto, a sua expressão independe da presença ou ausência de deficiências (MAIA, 2010). Atualmente, a sexualidade humana é pensada em seu dinamismo bio-psico-social, só fazendo sentido quando contextualizada histórico-culturalmente (CARVALHO; RODRIGUES; MEDRADO, 2005). A dimensão sexual é compreendida de maneira singular por diferentes grupos culturais e sociedades, os quais engendram distintas significações para tal fenômeno, buscando compreendê-lo e atribuindo-lhe valores, normas, prescrições e permissões (CABRAL; ROMEIRO, 2011).

Segundo Gesser, Nuernberg e Toneli (2012), a pessoa com deficiência é aquela que possui impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais, os quais podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade com igualdade de direitos em relação às demais pessoas. Não se pode perder de vista o fato de que a deficiência está associada a outros marcadores sociais tais como raça, gênero, classe social e geração, os quais tanto são constitutivos dos sujeitos como também atuam como barreiras no processo de presença e participação na sociedade (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012). No plano jurídico, com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), considera-se a pessoa com deficiência aquela que

tem transtornos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, os quais podem dificultar a convivência. Quando necessária uma avaliação da deficiência, essa deverá ser biopsicossocial considerando os fatores sócio-ambientais, psicológicos e pessoais (BRASIL, 2015).

Sendo assim a Deficiência Intelectual é entendida como alterações nas estruturas, é caracterizada como sendo um quadro psicopatológico que se refere, de maneira especial, às funções cognitivas. A mesma é identificada como uma incapacidade de limitações significativas, tanto no funcionamento intelectual, quanto no comportamento adaptativo, na qual se origina principalmente antes dos dezoito anos de idade, sendo as causas mais comuns os fatores de ordem genética, as complicações durante o período da gestação, parto ou pós-natais (PEREIRA, 2012).

Uma pessoa com deficiência apresenta um prejuízo no processo de adaptação ocasionado por uma perda de caráter permanente de certa(s) capacidade(s). Configurando-se diferentes características que podem ser consideradas, em certos casos, patológicas, constituindo-se de maneira singular e a partir de sequências distintas do desenvolvimento considerado “normal”, e outras simplesmente atrasadas, com uma defasagem apenas cronológica (GORLA; ARAÚJO; CARMINATO, 2004). Em todas as sociedades, o termo "deficiente" adquire um valor cultural segundo, regras, padrões e normas engendrados em meio às relações sociais (RIBAS, 1985).

A trajetória de conquistas das pessoas com deficiência vem crescendo a cada dia. O documento que trata dos Direitos Sexuais e Reprodutivos na Integralidade da Atenção à Saúde das Pessoas com Deficiência esclarece que é um direito da pessoa com deficiência viver a sexualidade de forma satisfatória, reconhecendo que a sexualidade é um aspecto importante da personalidade e da condição humana (MAIA, 2010).

Uma sociedade que se pretende inclusiva compromete-se eticamente com a defesa dos direitos da pessoa com deficiência, direitos esses relacionados à educação, ao trabalho, lazer e também à sexualidade (MAIA, 2001). O desenvolvimento das práticas de inclusão das pessoas com deficiência é cada vez mais estudado e discutido entre instituições de ensino, família e os próprios deficientes, envolvendo também diversos setores da comunidade, tornando-se fundamental preparar o deficiente para o convívio em sociedade e, sobretudo, a sociedade para lidar com as deficiências, garantindo-se a plena cidadania desses sujeitos (BARBOZA, 2013).

Contudo, assustadoramente, na contramão de todos os avanços científicos e jurídicos no campo da sexualidade, tem ressurgido com muita força posicionamentos conservadores,



especialmente, a partir do ano de 2015. Tal conservadorismo impôs retrocessos no que concerne aos Planos Estaduais e Municipais de Educação, os quais foram atacados por fundamentalistas que apelidaram casualmente o campo dos estudos de gênero como “Ideologia de Gênero” (CUT, 2015).

Para pensarmos e refletirmos um pouco sobre construção social do corpo devemos entender o sentido mais amplo do conceito de gênero, o qual surgiu em meados da década de 70. Tal categoria refere-se ao desenvolvimento social do sexo, tendo assim, possibilidades de distinguir as questões biológicas das sociais. O emprego do conceito, portanto, diz respeito às relações de poder entre homens, mulheres e pessoas não binárias, as quais são culturalmente engendradas e transcendem uma “natureza biológica”. Dentro das ciências sociais, os estudos de gênero foram e são responsáveis por pesquisas sobre corpo e sexualidade (HEILBORN, 2002). Para Louro (2003), as relações de gênero estão interligadas com a sexualidade, estabelecendo normas, prescrições, naturalizações e hierarquizações no processo de delineamento de comportamentos, modos de vida e sentimentos em relação à expressão da sexualidade e dos afetos.

Compreendida como uma característica própria da vida humana, a sexualidade é abordada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como uma construção social que é marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se em diferentes maneiras em cada sujeito (BRASIL, 1999).

Em relação à família a mesma desempenha um papel fundamental, constituindo o primeiro espaço de relações sociais da criança, sendo a mesma responsável por proporcionar um ambiente de crescimento e desenvolvimento saudável e funcional. A maioria das famílias encontram dificuldades em aceitar o diagnóstico de um filho portador da Deficiência Intelectual, porque isso envolve mudanças emocionais e psicológicas, na qual muitos pais e cuidadores não estão preparados para tal (LEMOS 2010). Segundo Dessen e Silva (2000), a família constitui o primeiro grupo social a que o indivíduo pertence, possuindo valores próprios, fornecendo assim aporte para a construção de sua identidade pessoal e social, sendo responsável pelas funções essenciais como a manutenção material e suprindo as necessidades, tais como: satisfação afetiva, socialização dos indivíduos principalmente dos filhos (DESSEN; SILVA, 2000).

No que se refere a esta pesquisa a mesma teve como objetivo investigar a sexualidade vivenciada por jovens afetados pela Deficiência Intelectual residentes na zona rural. De acordo com os resultados das pesquisas da ONU, cerca de 50% da população mundial possui até 25 anos. Há 1,2 bilhões de jovens no mundo e a próxima geração poderá atingir números

ainda maiores, em torno de 1,8 bilhões (World Youth Report, 2005). A juventude é uma categoria essencialmente sociológica, que indica o processo de preparação do cidadão para assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar como também no profissional. Deste modo, a juventude é vinculada a processos sociais mais gerais, bem como à sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história (SILVA; LOPES, 2009).

Os jovens que residem na área rural, constantemente, encontram-se diante de muitos desafios e incertezas, especialmente, a dúvida entre sair ou ficar no campo (CASTRO, 2005). Entre as dificuldades de permanecer na agricultura estão à escassez da terra, a baixa renda das famílias, a baixa produtividade, falta de conhecimento técnico, poucas escolas agropecuárias, para alguns sair de casa para estudar não é permitido, e, muitas vezes, o conhecimento advém do que aprendeu com seus pais (CASTRO, 2005; CARVALHO et al, 2009).

Os jovens residentes na zona rural encontram dificuldades e desestímulo para a continuidade da vida no campo, pois os mesmos possuem um desejo de independência financeira por meio do trabalho remunerado o que, na maioria dos casos, não acontece quando ele trabalha na propriedade com seus pais. Em alguns casos os pais disponibilizam uma parte da propriedade para o filho tentar obter algum lucro. Em outros casos a terra é muito pequena comprometendo assim a subsistência da família. Já as moças sofrem ainda na dependência dos pais e acabam emigrando para a cidade em busca de trabalho remunerado e sua independência (CARVALHO et al, 2009). Em geral, os jovens são confrontados com diversas realidades, tanto em relação ao meio rural quanto urbano, enquanto possibilidades de trabalho, estudo, lazer, renda regular, entre outros benefícios que avaliam poder usufruir (ZAGO; BORDIGNON, 2012). Esta pesquisa objetiva ampliar o debate sobre a sexualidade de jovens com Deficiência Intelectual provenientes de zonas rurais. Justifica-se este estudo devido à escassez de pesquisas dedicadas à melhoria da educação sexual para essa população.

No Brasil, a relação entre a população rural e urbana sofreu significativas modificações nas últimas décadas, as migrações em direção à cidade são formados por uma população mais jovem e mais feminina que no passado, inúmeros estudantes, com o surgimento das políticas de nucleação das escolas rurais e o benefício com o transporte escolar, começaram a deslocar-se das áreas rurais para as áreas urbanas a fim de prosseguir os estudos (ZAGO, 2016).

Nas escolas de campo encontramos indivíduos com necessidades econômicas que lutam para conquistar o direito de uma escola que valorize suas identidades. Essa luta consiste na valorização dos trabalhadores e agricultores assentados, desenvolvido na forma de cooperação em prol de uma educação de ótima qualidade (ZAGO, 2016).

Sendo assim o presente estudo buscou investigar os sentidos atribuídos à educação sexual promovida para estudantes com Deficiência Intelectual por professores que atuam em uma escola de educação especial situada na zona rural.

Assim, no decorrer deste trabalho o mesmo traz informações e contextualizações a cerca da temática sexualidade, Deficiência Intelectual e os docentes.

## **2. METODOLOGIA DE PESQUISA:**

O presente estudo foi realizado com professoras que atuam na escola de educação especial, situada na zona rural de um município do Sudoeste paranaense. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma entidade civil, filantrópica, assistencial, educacional, de saúde, sem fins lucrativos que presta atendimento especializado gratuito à aproximadamente 105 pessoas com deficiência intelectual e múltiplas associadas.

O atendimento educacional acontece com profissionais da área de educação em nível de Educação Básica (Educação Infantil; Ensino fundamental; EJA) e presta atendimento de habilitação e reabilitação (fisioterapia, fonoaudiologia, assistência social, psicologia, terapia ocupacional e uma vez por mês atendimento com a psiquiatra).

Em geral trabalham nesta escola 30 funcionários sendo eles: gestores; pedagoga; secretárias; professoras; atendentes; zeladoras; motorista e os profissionais da saúde.

Ao que se refere às professoras entrevistadas, foram seis (06) que participaram do presente estudo sendo quatro (04) formadas na área de Pedagogia, uma (01) em Artes e uma (01) em Pedagogia e Educação Física. Em relação à religião das mesmas, todas relataram ter alguma religião sendo, quatro (04) católicas e duas (02) evangélicas. Quanto à idade das entrevistadas, varia na faixa etária entre vinte e três a quarenta e sete anos.

Com o propósito de preservar a identidade das colaboradoras da pesquisa utilizamos os nomes fictícios de Aline, Eliza, Marlene, Roberta, Silvia e Andressa.

Deste modo realizou-se a coleta das informações por meio de um gravador e a transcrição integral da entrevista. Procuramos fazer perguntas claras e objetivas garantindo a uniformidade de entendimento das mesmas e a padronização dos resultados. A entrevista foi realizada individualmente, de modo a garantir à confidencialidade dos dados, o conforto, a espontaneidade, a formação do vínculo entre entrevistadora e entrevistadas, bem como a liberdade de expressão de cada entrevistada.

O estudo desenvolvido foi do tipo exploratório qualitativo. A pesquisa qualitativa tem característica exploratória, estimulando os entrevistados a pensar livremente sobre algum tema ou conceito (SILVA, 2016). A pesquisa qualitativa preocupa-se não tanto em quantificar

fatos e fenômenos, mas em explicar as relações sociais, considerando que a ação humana depende estreitamente dos significados que lhe são atribuídos pelos atores sociais (SUASSUNA, 2008).

O processo de análise qualitativa de dados é indutivo e tem como finalidade compreender o universo cotidiano dos sujeitos (ALVES; SILVA, 1992). A análise de dados foi descritiva simples, com comparação entre cada entrevista gravada, a fim de compreender e instigar as opiniões. Para análise dos dados coletados, as entrevistas e registros, foram categorizadas segundo a abordagem analítica de conteúdo de Bardin (1977).

Na pesquisa qualitativa, encontram-se diferentes técnicas de organização e análise dos dados, sendo a análise de conteúdo uma destas possibilidades. A análise de conteúdo é descrita como técnicas onde busca-se descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja por meio de textos ou de falas. Desta maneira, a análise de conteúdo é composta por métodos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores quantitativos ou não, permitindo a realização da conclusão de conhecimentos (BARDIN, 1997). A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de investigação que tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações (BARDIN, 1997).

Para Bardin (1997) a análise de conteúdo se caracteriza por várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo no processo de comunicação, seja por meio de falas ou de textos. A análise divide-se em três etapas:

- pré-análise: a fase de organização, tem por objetivo sistematizar as ideias iniciais de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento da pesquisa;
- exploração do material: é o trabalho que se tem de analisar o texto sistematicamente em função das categorias formadas anteriormente;
- tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Os resultados iniciais, ou seja, as categorias que serão utilizadas como análises, são submetidas a operações estatísticas simples ou complexas, de maneira que permitam ressaltar as informações obtidas.

A análise de conteúdo é entendida por sequências de passos e regras propostas pelos autores, divididas em etapas nas quais temos:

- fase de pré-exploração do material: selecionado o conteúdo a ser analisado procede-se às leituras de todo o material, com o intuito de apreender aspectos importantes para as próximas fases da análise, conhecendo assim todo o contexto. Nesta fase da análise existe uma aproximação maior do pesquisador com o material de análise;
- seleção das unidades de análise: mais constantemente, as unidades de análises incluem palavras, parágrafos, frases, ou um texto completo. O tema pode ser entendido como uma

escolha do próprio pesquisador, compreendida através dos objetivos de sua pesquisa e indícios levantados do seu contato com o material estudado e teorias fundamentadas;

- processo de categorização e sub-categorização: o processo de categorização pode ser descrito como sendo uma ação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação;
- codificação: processo na qual os dados brutos são transformados em categorias e que permitam posteriormente a discussão precisa das características relevantes do conteúdo (BARDIN, 1997).

A pesquisa qualitativa é capaz de integrar às relações e às estruturas sociais, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (BARDIN, 1977). Desta forma, a abordagem qualitativa aplica-se ao estudo da história, das relações, das crenças, das compreensões e das opiniões, origem das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e também pensam (TURATO et al, 2008).

Foram critérios para a inclusão das participantes na pesquisa:

- atuar como educadoras na Escola de Educação Especial;
- ter formação na área de Educação;
- disponibilidade para participar da entrevista.

A entrevista pode ser considerada como uma modalidade que interage entre duas ou mais pessoas, tratando-se de uma conversação dirigida a um propósito definido que não é a satisfação da conversação em si. É uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo, signo entre outros (GONDIM et al, 2004). As entrevistas, por sua vez, podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas (GONDIM et al, 2004).

O benefício com pesquisa é a realização de futuros estudos voltados para o aprofundamento de conhecimento nesta área, afim de que os docentes possam refletir junto com seus demais colegas sobre a importância da formação continuada e de estudos voltados no âmbito da Educação Sexual de Jovens com Deficiência Intelectual.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Diante da pesquisa realizada com professoras que atuam na Escola de Educação Especial (APAE), situada na zona rural, buscou-se investigar os sentidos atribuídos à educação sexual promovida junto aos estudantes com Deficiência Intelectual.

Por meio da mesma buscou-se identificar como se deu o processo de formação das docentes investigadas em relação à sexualidade e à educação sexual dos jovens com

Deficiência Intelectual, na qual foram mapeadas suas experiências, observando assim os possíveis desafios enfrentados pelas docentes na promoção da educação sexual de pessoas com Deficiência Intelectual, também foi analisado o papel dos pais no que se refere a este assunto.

Diante desta pesquisa, notou-se no processo do contexto formativo das docentes entrevistadas em relação à sexualidade, que as mesmas tiveram suas formações na escola e com amigos, onde a família teve pouca contribuição neste processo. Ao se referir sobre as experiências das mesmas relacionadas à educação sexual de jovens com Deficiência Intelectual, a grande maioria das entrevistadas relatou ter experiências, e que buscam sempre trabalhar este tema de diferentes maneiras com os alunos quando surgem dúvidas ou no decorrer das aulas. Em relação aos desafios enfrentados pelas docentes na promoção da educação sexual de pessoas com Deficiência Intelectual, quase todas relataram ter já enfrentado algum desafio e que sempre buscam resolver da melhor forma possível. Ao mencionar sobre o papel da família na promoção da educação sexual, as mesmas citaram ser muito importante o papel dos pais neste âmbito, na qual se faz necessário o vínculo da família e da escola para melhor andamento do trabalho.

### **3.1 Formação em educação sexual:**

No que se refere a esta pesquisa foram entrevistadas no total de seis docentes, na qual expuseram suas opiniões e menções sobre suas formações no que diz respeito ao campo da educação sexual de jovens com Deficiência Intelectual. Para tanto notou-se que em geral, as seis docentes entrevistadas relataram que a sua formação em educação sexual, ocorreu na escola, nas aulas de ciências, buscando em livros e com os amigos, como cita a professora Sílvia:

“Assim, a minha aprendizagem com relação a minha formação com relação à sexualidade se deu mais assim na escola, livros que acabei lendo por conta do quê [...] com a família propriamente dita”.

No passado e mesmo nos dias atuais, notava-se a necessidade de diálogo entre pais e filhos, as famílias viviam em um total sigilo sobre questões relacionadas ao corpo, aos sentimentos, aos prazeres, deixando assim este papel para a escola realizar, ou até mesmo sentiam frustrações ou medo em falar deste assunto. Atualmente ainda existem famílias com este comportamento, ou até mesmo com estes costumes, mas a grande maioria, famílias mais jovens conseguem trabalhar este assunto em casa, com seus filhos. O grande problema

enfrentado em relação a isto, é que a família acaba deixando de cumprir seu papel de pais, orientadores, deixando este dever a escola, aos profissionais de educação, no qual muitas vezes encontram dificuldades em trabalhar este tema.

No contexto familiar as entrevistadas alegaram também que a sexualidade era tabu, na qual as seis mencionaram que viveram em uma família com um caráter conservador, na qual não tinham costumes de comentar esse assunto com os filhos, a exemplo o que diz a professora Eliza:

“Olha eu vivi numa época assim que sexo era muito tabu, no entanto que a mãe e o pai nunca em momento algum sentou e conversou com nós sobre isso, o que aprendemos era na escola e por conta da gente mesmo vendo livros”.

Segundo Beraldo (2003), a sexualidade gera polêmicas desde antigamente, na qual era considerada como sendo coisas feias e impróprias. Apesar da revolução sexual, esse assunto mesmo assim, continua sendo um tabu (BERALDO, 2003). Na atualidade o uso da tecnologia tem contribuído para esclarecer sobre o tema, despertando até mesmo o interesse dos pais no diálogo sobre o assunto.

Para Ressel et al (2011), este assunto já é trabalhado de maneira lúcida, sendo que algumas famílias buscam por meio do diálogo e do apoio profissional, quando necessário (RESSEL; JUNGES; SEHNEM; SANFELI, 2011). Mas se faz necessário ressaltar que ainda não é uma realidade para a grande maioria das famílias brasileiras. Um dos fatores que podem explicar esta situação são a baixa escolaridade da população e as questões de ordem cultural.

Antigamente, questões relacionadas à sexualidade eram consideradas como uma censura, sendo vergonhoso ser comentado no contexto familiar. Os indivíduos (crianças e adolescentes) cresciam recebendo o aprendizado na escola. Os próprios pais não repassavam estes conhecimentos e informações, porque eles mesmos, em suas gerações, também não aprenderam. As famílias viviam o tradicionalismo que passava de geração em geração.

Atualmente este contexto já está sendo melhorado, a própria família já vem trabalhando isto, a seguir a escola de alguma maneira busca trabalhar também e no próprio convívio com a sociedade, isto já está sendo visto de maneira diferente.

### **3.2 Significado de educação sexual:**

Ao se referir à Educação Sexual, quatro as entrevistadas relataram que a Educação Sexual é um processo de conhecer o próprio corpo, maneira de pensar, o modo de agir, em um processo contínuo, como referiu a professora Sílvia:

“Pra mim o processo de educação sexual significa você conhecer primeiramente seu corpo, sua alma, seu modo de pensar, de agir, de falar, suas atitudes, compreender o que você sente compreender. O que seu corpo sente, o que seu corpo pede. Então, primeiramente mesmo para iniciar uma educação sexual você tem que ter conhecimento do seu corpo”.

Porém, as outras duas (02) entrevistadas compreendem que o processo de educação sexual, deve ser trabalhado com responsabilidades, com orientações e diálogos, como se referiu à professora Marlene:

“É orientar, esclarecer, dialogar. Apresentarmos um texto explicativo aos órgãos genitais: o ser mulher; o ser homem e suas diferenças”.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) a sexualidade é importante para o desenvolvimento da vida das pessoas, na qual se relaciona, com a busca do prazer. A mesma é entendida como sendo característico de cada ser humano, na qual é construída ao longo da vida manifestando-se no nascimento e seguindo com modificações com o passar do tempo até a morte (BRASIL, 1997). A sexualidade é algo que evolui, além do nosso corpo, nossa vida, tradições, relações familiares e culturais (COSTA, 2011).

Conforme Santiago e Xavier (2010), a sexualidade humana é uma construção cultural, que difere de povo para povo sofrendo modificações dentro de uma mesma sociedade com o passar do tempo, e é na sociedade que a ilustração de homem e de mulher torna-se real (SANTIAGO; XAVIER, 2010).

A Educação Sexual pode ser compreendida como um processo de ensino e aprendizagem sobre questões que envolvem o corpo, sexo, a própria sexualidade e aspectos comportamentais de cada indivíduo em si.

### **3.3 Definição do termo sexualidade:**

Em relação à definição do termo sexualidade três docentes relataram que o conceito envolve a questão do corpo, as questões fisiológicas, o toque, o abraço, sensação, sentimentos.



Uma docente afirmou que a sexualidade se refere às condições anatômicas do teu corpo, as fisiológicas e as afetivas. Outra entrevistada a definiu como o corpo humano em um todo, dando ênfase no sexo feminino e masculino. A última entrevistada relatou que no seu ponto de vista sexo referia-se ao ato sexual entre duas pessoas, como aponta a mesma:

“De acordo com o meu ponto de vista sexo refere-se ao ato sexual entre duas pessoas, na qual entram em contato. Não precisam chegar ao ápice da relação, mas também a gente pode tratar o sexo como gênero feminino ou masculino” (ALINE).

Para Louro (2000), sexualidade seria algo concedido pela natureza, característico do ser humano. Tal conceito está evidenciado na hipótese de que todos vivemos nossos corpos, plenamente, da mesma forma. No entanto, entende-se que a sexualidade envolve costumes, linguagens, fantasias, interpretações, símbolos, entre outros, nos quais são processos totalmente plurais e culturais (LOURO,2000).

Segundo Almeida (2010), a sexualidade é um dos fatores mais importantes para a estabilidade do desenvolvimento integral do indivíduo. Em relação à sexualidade das pessoas com deficiência mental, o preconceito e a discriminação contribuem para a concepção ressaltando que a pessoa com deficiência não tenha o livre direito de exercer a sua sexualidade uma vez que não seja capaz (ALMEIDA, 2010). Existem diferentes maneiras de se lidar com o tema: por meio da educação sexual, por meio do silêncio, da não orientação ou até mesmo pela própria repressão (ALBUQUERQUE; ALMEIDA, 2010).

De acordo com o meu ponto de vista a sexualidade pode ser entendida como algo próprio de cada ser humano, sendo que cada indivíduo tem sua maneira de se relacionar e conduzir sua vida, e também sua maneira própria de expressar sua sexualidade. A sexualidade pode ser expressa com o corpo de diferentes maneiras, por meio de um abraço, do toque, a maneira de falar, se diferenciando em cada indivíduo.

### **3.4 Temáticas sobre o corpo, gênero, orientação sexual e sexualidade:**

Quando interrogadas as entrevistadas em relação à problematização de temáticas em relação ao corpo, como gênero, orientação sexual e sexualidade, as professoras Eliza, Silvia e Andressa, relataram que se faz necessário trabalhar de forma natural, sem preconceito, com bastante abertura para os alunos falar. Outra entrevistada relatou que trabalha de uma forma concreta, ou por meio de vídeos educativos, alguns textos informativos para os jovens

maiores. As outras duas professoras relataram que é na sala de aula mesmo, sanando as dúvidas dos alunos e com trabalhos. Como cita a professora Roberta:

“Eu penso que é na sala de aula mesmo, através das perguntas deles, através das atividades que você desenvolva na sala. Trabalhar sempre valorizando muito o corpo, valorizando o ser, valorizando cada um deles. Não olhando para o lado da limitação de cada um, mas sim o ser humano”.

Para Louro (2008), gênero e sexualidade são concedidos por meio de conhecimentos e recursos sociais e culturais, de modo evidente ou não, num processo no qual nunca se acaba (LOURO, 2008). A sexualidade humana difere-se de cultura em cultura, a mesma relaciona-se com a construção social atrelada ao campo da masculinidade e feminilidade com relação aos modos de vida, saberes e fazeres engendrados por cada grupo cultural, o qual estabelece ordens, regras e princípios que devem ser seguidos.

### **3.5 Educação sexual na escola:**

No que se refere à educação sexual na escola, em relação à necessidade de se realizar problematizações a cerca desse tema, em geral as seis (06) entrevistadas relataram ser um tema polêmico e com tabus, podendo ser trabalhadas nas aulas de ciências de forma espontânea e natural, numa linguagem pedagógica para cada fase do desenvolvimento, cognitivo, intelectual e físico, como diz a docente Silvia:

“Eu no meu ponto de vista a educação sexual nas escolas deve ser tratada de forma natural se quebrando os tabus e preconceitos. Ela pode ser trabalhada, principalmente, eu acho nas aulas de ciências quando se trabalha o corpo humano, através de palestras. Eu não acho assim necessário ter aula de educação sexual. Eu acho que a qualquer momento pode trabalhar com os alunos conforme vai surgindo interesse deles [...]”.

Quando surgem questionamentos sobre sexualidade é importante que o professor sane as dúvidas, mesmo não sendo na disciplina de ciências como citou a professora, mas sim em qualquer momento, em qualquer contexto trabalhado, podendo ser abordado de diferentes maneiras e formas, facilitando a compreensão dos educandos.

Independentemente qual seja a área de formação dos educadores, eles devem contribuir para que os estereótipos ligados à sexualidade sejam eliminados do âmbito escolar.

Assim, melhorando o conhecimento dos alunos sobre o assunto, garantindo que cada indivíduo viva de forma adequada e singular sua sexualidade. Faz-se necessário entender que a abordagem da sexualidade em sala de aula não se restringe apenas a visão biológica, mas também possibilita a discussão de emoções e valores ligados a ela (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

É importante assinalar que a exclusão ou desinteresse da educação sexual, por parte da família e da escola, geram perdas e prejuízos na qualidade de vida dos adolescentes, provocando medo, vergonha, insegurança, infelicidade, frustração, gravidez na adolescência, DST, entre outros (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

Por falta destas abordagens é que os adolescentes acabam tomando certas decisões precipitadas nas escolhas pessoais, quanto em relacionamentos, ou em outras escolhas, devido está grande falta de esclarecimentos a cerca deste assunto.

### **3.6 Manifestação dos desejos sexuais dos alunos:**

Ao citar sobre o aluno que manifesta seus desejos sexuais na escola, duas professoras ressaltaram que existe preconceito com os mesmos, na qual são advertidos e encaminhados à psicóloga. Outras quatro reconhecem que não existe preconceito, e que o aluno é encaminhado para psicóloga na qual ela vai orientar os mesmos, como cita a professora Aline:

“Na verdade assim, na nossa escola, não vejo nenhum tipo de preconceito porque o aluno ele é advertido e vai a psicóloga a qual essa psicóloga vai orientar ele. Então, a gente precisa bastante de ajuda dessa psicóloga na sala de aula [...]”.

Os profissionais que trabalham na escola, qualquer que seja sua função, querendo ou não, sempre que se deparam com situações que os alunos estão manifestando seus desejos sexuais, cabe a cada profissional tomar as medidas corretas para resolver tal situação. A psicóloga tem grande importância neste processo, mas os docentes não podem abrir mão do seu papel de orientar os alunos e alunas nesta fase importante de suas vidas.

Neste sentido a escola é considerada um ambiente favorável para o reconhecimento das diferentes formas de expressões de sexualidade, além do mais tem um papel fundamental de promover a cidadania e a segurança social dos jovens (GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015). Em relação às entrevistadas, elas reconhecem o papel da psicóloga, na qual citam que acabam repassando a ela quando surge alguma situação na escola. Mas é

importante ressaltar que o professor ou o educador tem grande importância ao tratar este assunto com seus alunos, tendo um papel importante na orientação e nos esclarecimentos.

### **3.7 Formação das docentes no campo da educação sexual:**

Ao se referir sobre a formação das docentes no campo da Educação Sexual de jovens com Deficiência Intelectual, em geral, as seis docentes entrevistadas sinalizaram uma falha formativa, ressaltando que há uma grande dificuldade para se trabalhar esse tema e afirmando haver uma barreira muito grande na qual precisa ser rompida, como cita a docente:

“Eu vejo que há uma dificuldade ainda em ser trabalhada. Esse tema a uma barreira muito grande que precisa ser rompida, não se dá ênfase, porém é algo muito importante. É algo que os alunos... Eles têm anseio de aprender. Eles têm vontade de aprender e às vezes é barrado. Não é dada tanta importância deixado de lado como conteúdo que não é tão necessário” (ANDRESSA).

Ressaltaram também a necessidade de iniciativas voltadas à formação docente para promoção da Educação Sexual, na qual cita a educadora Aline:

“Isso faz muita falta hoje”.

Com a ausência de disciplinas voltadas ao campo da educação sexual na formação dos educadores, percebe-se a dificuldade de uma prática pedagógica na rotina escolar. Tornando difícil a execução do real papel da escola, na qual é formar sujeitos críticos e participativos, deixando uma falha no que se refere à orientação sexual.

### **3.8 Trajetória profissional e experiências no campo da educação sexual:**

Ao mencionar a trajetória profissional, as mesmas foram instigadas a falar o porquê optaram por trabalhar com educação especial, e desde quando iniciou o vínculo na Escola de Educação Especial. Quatro das entrevistadas relataram que nunca sonharam em trabalhar na APAE, como relata a docente Aline:

“Bom à educação especial para mim, no início, era como se fosse um bicho de sete cabeças, porque a gente não conhecia. Então no período da minha faculdade tive o convite de uma

amiga que trabalhava na educação especial e convidou para ir fazendo trabalho voluntário. Conhecer uma escola para onde eu fui e me senti muito bem lá e ver que as pessoas que estão lá também precisam de uma educação de qualidade. E estando lá me fez ver que era a área que eu gostaria de atuar assim como tem tantas outras áreas que as pessoas se identificam. Eu me identifiquei com a educação especial”.

As outras falaram que sempre sonharam que sempre desejaram estar lá. Em relação ao tempo de trabalho das mesmas na escola APAE, duas das entrevistadas trabalham a mais de vinte anos na escola, as demais possuem menos tempo de experiência, mas relataram possuir experiências com outras instituições de ensino.

Em relação ao trabalho na escola e as experiências das docentes no campo da educação sexual e com jovens portadores de Deficiência Intelectual, duas relataram que procuram sempre trabalhar o tema de forma natural e espontânea, uma relatou ter pouca experiência, pois sempre trabalhou com educação infantil e recentemente com os jovens e adultos. É importante ressaltar que, muitas vezes a aula de educação sexual só acontece se por acaso algum aluno tiver dúvidas ou trazer alguma questão a sala de aula, na qual assim surgem os questionamentos e o assunto é esclarecido.

As demais três relataram que trabalham o conhecimento do corpo, na forma mais natural possível, sempre esclarecendo as dúvidas no decorrer das aulas, como cita a entrevistada (Roberta):

“Ah! Procurando sempre esclarecer as dúvidas no decorrer das aulas, não apenas quando trabalha o conteúdo, mas no cotidiano como os alunos eles vêm de casa com dúvidas. Às vezes acontecem algumas situações dentro da sala de aula que necessitam que o professor intervenha para auxiliá-los ou até sanar as dúvidas. Tentar fazer que eles compreendam e até que se aceitem a sexualidade a forma de como ela está sendo posta naquele momento”.

Em relação aos estudos realizados com diferentes profissionais que atuam nas escolas que atendem alunos com Deficiência Intelectual, os mesmos ressaltam a grande importância de programas de intervenção sobre o tema orientação sexual voltado a essa população. Buscando atingir novas análises que apontem as dificuldades específicas e as possíveis soluções na formação desses profissionais e educadores (ALBUQUERQUE; ALMEIDA, 2010).

Quando interrogamos as entrevistadas em relação ao trabalho das mesmas com seus alunos de educação Especial com o tema Educação Sexual, todas relataram ser um tema de

grande importância para se trabalhar com os alunos, porém, duas citaram ter dificuldades em se trabalhar este tema, ao que se refere à professora Aline:

“Assim de início pra mim é um assunto [...] Como venho de uma família a qual não é muito comum à gente tratar desse assunto abertamente. Está sendo um pouco difícil”.

Uma relatou ter dificuldade, pois não tem muitas experiências. Três entrevistadas se sentem bem em trabalhar, pois transmitem confiança aos alunos e eles percebem que é um tema de grande importância. É o que cita a professora Andressa:

“Eu me sinto muito bem por que é um tema que eu acho muito [...] de extrema importância para eles aprenderem e eles também se sentem à vontade de questionar. Por que eles percebem uma segurança para falar sobre o tema, uma abertura para questionar assim que eles têm dúvida. Eles perguntam, a gente debate sobre isso e serve de esclarecimentos para os demais alunos da sala”.

De acordo com Figueiró (2004), atualmente, a Educação Sexual vem ganhando reconhecimento no âmbito educacional, sendo tal muito significativa no processo formativo dos alunos. Mas mesmo assim, ainda existem docentes que se sentem inseguros diante deste trabalho, pois na sua formação não foi trabalhado esse tema com segurança (FIGUEIRÓ, 2004). Segundo Ramiro e Matos (2008), os educadores são os responsáveis no processo de Educação Sexual, demonstrando mais por suas atitudes e comportamentos do que pelos próprios conhecimentos que comunica, principalmente em temas tão polêmicos como sexualidade (RAMIRO; MATOS, 2008). Sendo assim, é necessário que o educador utilize de diferentes metodologias e recursos para melhor compreensão de seus educandos.

Além disso, é preciso mencionar a falta de programas de formação inicial e continuada para dar conta desses problemas de formação docente, formações essas que tenham conteúdos abrangentes principalmente na área de educação sexual, na qual se percebe uma falha neste contexto formativo.

A escola é conhecida como sendo um ambiente onde se constrói valores e atitudes, atuando na construção da personalidade de cada indivíduo, tendo um papel importante na formação de cidadãos conscientes, com direitos e deveres (MENDES; CÂNDIDO; SILVA; FERREIRA, 2015).

### **3.9 Práticas pedagógicas sobre educação sexual:**

Em relação às realizações de práticas pedagógicas sobre educação sexual, realizada na escola onde as entrevistadas atuam, cinco delas relataram nunca ter participado de atividades a cerca deste tema. Apenas uma relatou ter participado com a psicóloga e a assistente social, pois a mesma é mãe de aluno, por isso teve essa oportunidade como a mesma relata:

“Eu participei de uma palestra com a assistente social, com a psicóloga e a equipe pedagógica da escola e foi bem esclarecedora. Que além da explanação, foi utilizado o recurso de imagem de vídeos. Então assim umas imagens bem bacana. O conteúdo da palestra foi bem, bem explicativo. Foi bem interessante porquê era uma reunião de pais. Então assim ali além da gente aprender, a gente ouvia. A gente teve oportunidade de questionar também. Então foi bem interessante e eu acho que essa técnica pode continuar pode ser aplicada com os alunos também” (Marlene).

Segundo Lima e Almeida (2010), o assunto sexualidade presente na sociedade é compreendido por polêmicas e preconceitos, refletindo na educação. Se faz necessário uma preparação dos profissionais que trabalham no ensino, estar atualizado acerca das temáticas podendo assim debater com os alunos que estão com dúvidas, incertezas, conflitos a respeito do seu corpo e suas transformações físicas, comportamentais e emocionais (LIMA; ALMEIDA, 2010).

Ao se referir sobre possíveis desafios enfrentados pelos docentes na promoção da educação sexual das pessoas com Deficiência Intelectual, interrogamos as mesmas para saber se em algum momento já haviam sido solicitadas pelos alunos para falar sobre as questões relacionadas à sexualidade.

Quatro relataram que muitas vezes já haviam sido procuradas pelos alunos para falar sobre este assunto, como relata a professora Roberta:

“Sempre todos os dias, por que os alunos [...] Como eu trabalho numa fase com a EJA que é adolescente até adultos, eles estão em uma fase onde a sexualidade está aflorando, está aflorada e muito deles não tem o contato com outras pessoas, como namoro até o sexo em si, mas sim a vontade é a mesma, os desejos são os mesmos. Então desde o toque na mão do colega pode desencadear algumas reações que eles vão querer que você explique né [...]”.

As outras duas professoras relataram que abertamente ainda os alunos não chegaram falar, ou pedir algo sobre este assunto, como cita a professora Eliza:

“Abertamente eles não chegam e falam para a gente né pelo fato de assim [...] Até que eles sentem confiança na gente. A questão que tem mais alunos na sala né. Tem os seus amigos, os colegas da sala. Então eles não têm essa liberdade de chegar e falar claramente para a gente”.

Entretanto a sexualidade é um fato de grande complexidade no processo educacional, especialmente envolvendo deficientes intelectuais, na qual traz grandes desafios aos educadores, no dia-a-dia no processo de ensinar, pois pode existir uma forte indução ao sexo, como também, um rompimento com os valores morais e sexuais dos indivíduos. Sendo assim o papel do professor é orientar, debater, fazer reflexões com os alunos acerca deste tema, sanando as dúvidas dos mesmos e auxiliando na construção de indivíduos íntegros na sociedade (NOVAK, 2013).

Em relação às entrevistadas quando indagamos as mesmas se elas se sentiam preparadas para trabalhar este tema em sala de aula com os alunos, cinco relataram se sentir preparada. Como disse a professora Aline:

“Na verdade agora com todas essas bagagens que eu estou tendo junto com a coordenação, junto com os professores, quando eu tenho dúvida que eu busco e lembro bastante, conhecer bastante. Estou preparada e se surgir alguma coisa na qual eu estiver com dúvida, não vou dizer para ele uma coisa que eu não sei. Eu vou procurar estudar. Eu vou procurar buscar conteúdos, vídeos alguma coisa que vai esclarecer esse assunto para eles, porque eles não podem sair com dúvidas da escola”.

Apenas uma delas relatou que no momento não se sentia preparada, precisaria estudar mais sobre o assunto, na qual a mesma relata:

“No momento sem um conhecimento prévio, sem um estudo não. Eu precisaria estudar mais sobre isso e de que forma a gente vai falar pra esse aluno, por que além do conhecimento deles, o cognitivo deles é bem comprometido né. Então a gente tem que saber de que forma você vai chegar para ele e falar sem um embasamento antes. Não estou preparada não” (ELIZA).

No entanto, se faz necessário que os professores estejam preparados para ensinar, dispostos para enfrentar as situações adversas encontradas em sala de aula. Preparação está com materiais e metodologias diferenciadas, preparados também com estudos, na qual os mesmos devem ter conhecimento do assunto a ser trabalhado em sala.



### 3.10 Papel dos pais na promoção da educação sexual e o vínculo na escola:

E por fim, quando analisamos o papel dos pais, na promoção da educação sexual de pessoas com Deficiência Intelectual, interrogamos as mesmas sobre o direito do deficiente intelectual viver sua sexualidade, e o papel da família neste processo. Quatro delas relataram a importância de valorizar os direitos dos mesmos sim e que a família tem um papel muito importante neste processo como cita a professora Marlene:

“Eu acho que tem direito sim, desde que seja consciente do que quer fazer. Melhor que esteja preparado para viver esse momento com maturidade e consciência das medidas preventivas, que é ali que entra a família. A família tem papel fundamental no processo em orientar, acompanhar esse processo amparando no que for necessário, por que o deficiente intelectual ele pode ter sua vida. Ele pode ter sua independência, mas sempre tem que ter um acompanhamento da família um olhar um cuidado a mais”.

As outras duas entrevistadas acham complicado, como relatou a professora que é irmã de uma aluna portadora de deficiência, na qual ela cita:

“É bem complicada pra mim essa pergunta, porque como professora eu digo que sim que o aluno tem direito que é muito importante que ele desenvolva esse lado afetivo a sexualidade. Mas por outro lado, como eu tenho na família, eu vejo que no meu caso não tem condições de ter uma relação mais íntima mais pessoal com uma outra pessoa. Porquê ela não tem muita distinção do que é bom para o corpo, do que é bom para mim. Então eu vejo assim depende de cada caso, depende da deficiência, dependa da família, o acompanhamento e também depende das pessoas que envolvem essa pessoa com deficiência” (ROBERTA).

É importante evidenciar que existem diferentes grupos responsáveis pela formação sexual, como família, escola e sociedade, na qual cada um tem a responsabilidade de assumir um importante papel neste processo. Faz-se necessário que tanto os pais como os educadores estejam conscientes de que o trabalho da educação sexual realizado corretamente desde os primeiros anos de vida contribui para a promoção do desenvolvimento de um ser humano saudável mentalmente e fisicamente (VALDIVINO, 2005).

Ao se referir sobre o vínculo entre a escola e as famílias dos estudantes e se educação sexual é um tema abordado com os familiares dos estudantes, ambas as seis entrevistadas relataram que se tem um vínculo muito bom e que a sexualidade é sim debatida e trabalhada com os familiares como cita a professora Marlene:

“É sim, o vínculo é estável e há uma grande parceria entre família e escola. Eu vejo até assim que a escola tem muito cuidado com isso. Tem um carinho muito especial com o aluno e com a família e a maioria das famílias aceitam e agradecem esse cuidado a mais que a escola tem com o seu filho com aluno” (Marlene).

Percebe-se que escola por sua vez tem se mostrada aberta para as famílias, em questões relacionadas a atendimentos, as consultas, visitas às casas, reuniões em grupos, periodicamente a família é chamada, orientada, para que ambas (a família e a escola) possam trabalhar juntas.

Segundo Sousa (2012) a família e a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, é necessário que ambas andem juntas seguindo os mesmos princípios. A educação percorre tanto o ambiente escolar quanto o familiar, a união entre ambas é muito importante para o processo de ensino e aprendizagem (SOUSA, 2012).

#### **4. CONCLUSÃO:**

Conclui-se com este trabalho as experiências vivenciadas pelas professoras atuantes na Escola de educação especial. Professoras essas com diferentes formações, diferentes religiões, com períodos de tempo de serviço diferenciado também, mas todas puderam assim colocar seus conhecimentos relacionados à educação sexual de jovens com Deficiência Intelectual. Muito embora a religião tenha, em geral forte impacto sobre esta questão. Na pesquisa aqui realizada, não notou-se diferença em relação aos argumentos das mesmas. Entre aquelas que possuíam maior tempo de exercício profissional, verificou-se que de uma maneira geral, possuíam mais disposição para tratar do tema sexualidade, bem como não viam entraves para abordar a questão com seus alunos. No entanto, é preciso considerar que a simples experiência, sem uma reflexão mais atenta da temática sexualidade, não significa que as docentes desenvolvam de fato um trabalho de conscientização de alunos e família.

Com todas as circunstâncias, permeadas por mitos e tabus, busca-se uma efetiva educação sexual aos jovens estudantes com Deficiência Intelectual e professores que atuam em uma escola de educação especial situada na zona rural. Por tratar-se de uma parte da população esquecida por todas estas condições: pobres, vivendo em regiões rurais e deficientes intelectuais e abordando um tema quase intocável que o trabalho da escola se torna ainda mais relevante, urgente e necessário. Desassistidos por políticas sociais de diversas

ordens e inseridos em comunidades tradicionais e conservadoras o papel da escola ganha muita relevância, pois sem ela não restam muito mais outras oportunidades de tratar sobre a questão.

No que se refere a este estudo nota-se a necessidade de se aprofundar mais, de estudar mais questões relacionadas à sexualidade, em especial a sexualidade de jovens Deficientes Intelectuais. Nesse sentido, a Educação Sexual deve receber atenção especial na medida em que, tal como podemos observar ao longo deste estudo, as entrevistadas sentiam dificuldades em se expressar, em falar abertamente sobre o assunto, na qual relataram o pouco conhecimento que os educadores têm nesta área.

Mediante os relatos das participantes, percebeu-se, no grupo de professoras, a dificuldade de preparação das mesmas para se trabalhar este assunto em sala de aula, em relação à sexualidade.

Com este estudo foi possível perceber a necessidade da realização de estudos e projetos voltados para a orientação sexual de jovens com Deficiência Intelectual, percebe-se a necessidade de discussões acerca dos conhecimentos, dos mitos, que os pais e os educadores têm sobre a sexualidade humana. Propõe-se uma iniciativa entre a escola e a família para que trabalhem esse tema em conjunto, havendo assim um diálogo e troca de saberes.

É importante ressaltar também a importância de estudos, projetos, voltados para estes educadores que atuam na escola de educação especial, na qual as entrevistadas mencionaram a grande necessidade que sentem em relação a estudos sobre este tema.

Considera-se se assim a grande importância de estudos voltados a este tema, na qual possibilita o melhor conhecimento e aperfeiçoamento dos educadores e também dos educandos sobre este assunto.

## **5. REFERÊNCIAS:**

ALBURQUERQUE, Paloma Pegolo de; ALMEIDA, Maria Amélia. Sexualidade e deficiência intelectual: um curso de capacitação para professores. **Revista brasileira de pedagogia**, Brasília, v. 91, n. 228, 2010, p. 408-423.

ALMEIDA, Paula Alexandra de Pinho Ferreira Pinto Camelo. **A educação sexual na deficiência mental**. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti-Pós-Graduação em Educação Especial. Trabalho de Projeto de Investigação, 2009.p.03-05.

ALMEIDA, Paula Alexandra de Pinho Ferreira Pinto Camelo. A Sexualidade na Deficiência Mental. **Caderno Educação Especial**. 2010, p.2-9.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Revista Paidéia**, FFCLRP – USP, Rib. Preto, 2, 1992.p.61-63.

AMOR PAN, José Ramón. **Afetividade e sexualidade na pessoa portadora de deficiência mental**. São Paulo: Loyola, 2003.

BARBOZA, Renato. Sexualidade e reprodução como direitos das pessoas com deficiência intelectual e suas interfaces com as políticas públicas nacionais de educação e saúde: lacunas e possibilidades. Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo. **Revista Política Pública**. São Luís, v.17, n.2, 2013.p. 467-477.

BERALDO, Flávia Nunes de Moraes. Sexualidade e escola: um espaço de intervenção. **Psicologia Escolar e Educação**. v.7 n.1 Campinas, 2003. 103-104.

BRASIL. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão. No 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Orientação Sexual, 1997.

CABRAL, Ronad Vieira; ROMEIRO, Artieres Estevão. Sobre a sexualidade controlada: poder e repressão sexual em Michel Foucault. **Revista Educação**, Batatais, v. 1, n. 1, 2011.p.90.

CARVALHO, Daniela Moreira; SANTOS, Alyson Brayner; JÚNIOR, Jalmir Pinheiro Souza; FERRER, Moises Tenorio. **Perspectivas dos jovens rurais: campo versus cidade**. Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade. Porto Alegre, 2009.p.04-07.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, xiii, 380f. 2v.: il, 2005,p.03-10.

COSTA, Lucineia de Assis. **Sexualidade na adolescência**. Disponível em:< <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35111/LUCINEIA%20DE%20ASSIS%20COSTA.pdf?sequence=1>>. Acesso em 11 outubro, 2017.

CUT, Confetam. **Nota de repúdio à supressão das questões de gênero e sexualidade nos PMEs**. Central única dos trabalhadores. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/noticias/nota-de-repudio-a-supressao-das-questoes-de-genero-e-sexualidade-nos-pmes-3f94/>>. Acesso em 06 junho, 2016.

DESSEN, Maria Auxiliadora; SILVA, Nara Liana Pereira. Deficiência mental e família: Uma análise da produção científica. **Revista Paidéia**, FFCLRP-USP, Rib. Preto, 2000, p.12-15.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. Disponível em:

<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1323/1132>>. Acesso em 10 outubro, 2017.

FONSECA, Zuliete Aliona Araújo de Souza; DIAS, Francisca Jucilene; OLIVEIRA, Gleidson Benevides de; MOREIRA Josué Oliveira. Avaliação dos mitos e tabus sexuais entre jovens de 18 a 29 anos no estado do Rio Grande do Norte. 2010. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**. Salvador, v.10, n.2,2011. p.153.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência á psicologia social. **Revista Psicologia & Sociedade**. Florianópolis, 2012, p.558.

GESSER, Marivete; OLTRAMARI, Leandro Castro; PANISSON, Gelson. Docência e concepções de sexualidade na educação básica. **Psicologia & Sociedade**, 27(3), 2015.p. 558-568.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e Desafios. **HOLOS**, vol. 5, 2013, p. 251-263.

GONDIM, Sônia Maria Guedes; FRASER, Marcia Tourinho Dantas. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, p. 139-143.

GORLA JI, Araújo PF, CARMINATO RA; Desempenho Psicomotor em Portadores de Dificiência Mental: Avaliação e intervenção. **Revista Brasileira Ciencias Esporte**; Campinas; v.25, n.3, 2004. p.91- 133.

HEILBORN, Maria Luiza. “Fronteiras simbólicas: gênero, corpo e sexualidade: gênero, corpo e sexualidade”. **Cadernos Cepia nº 5**, Gráfica JB, Rio de Janeiro, 2002, p. 73-92.

ZIMBRES, Flávia Menezes; PALMA, Renata Prado. **Educação sexual e gravidez**: o que pensam alunos e professores de uma escola particular e de uma pública sobre esse tema. Universidade Presbiteriana Mackenzie - Centro de ciências biológicas e da saúde. São Paulo, 2009.p.17.

LE MOS, Reyges Vinicius Souza. Adolescentes com Síndrome Down: **A sexualidade no contexto familiar**. Universidade Federal de Minas Gerais. Governador Valadares, 2010, p.07-09.

LIMA, Edson; ALMEIDA, Graziela Brito de. **Educação sexual e práticas pedagógicas**. Disponível em: < <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Colp.723.pdf>> Acesso, 11 de outubro, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petropólis: Editora Vozes, 6ª edição, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), 2008.p.17-22.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade**. 2ª Edição. Belo Horizonte, 2000.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.7, n.1, 2001,p.35-39.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. Desfazendo mitos sobre a sexualidade e deficiências. **Revista Brasileira**. Ed. Esp., Marília, v.16, n.2, 2010. p.159-176.

MENDES, C. A; CÂNDIDO, T. F; SILVA, C. F. A; FERREIRA, D. A. **A importância da escola para a formação do cidadão**. Disponível em: <[http://www.falaprofessor2015.agb.org.br/resources/anais/5/1441669448\\_ARQUIVO\\_Relato deExperiencia\\_VIIIFalaProfessor.pdf](http://www.falaprofessor2015.agb.org.br/resources/anais/5/1441669448_ARQUIVO_Relato deExperiencia_VIIIFalaProfessor.pdf)> Acesso em 09 de outubro, 2017.

NOVAK, Elaine. **Dificuldades enfrentadas pelos professores ao trabalhar educação sexual nas escolas**. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2501/1/MD\\_ENSCIE\\_III\\_2012\\_20.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2501/1/MD_ENSCIE_III_2012_20.pdf)> Acesso em 09 de outubro, 2017.

RAMIRO, Lúcia; MATOS, Margarida Gaspar de. Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. **Revista Saúde Pública**, 2008.p. 1-9.

RESSEL, Lúcia Beatriz; JUNGES, Carolina Frescura; SEHNEM, Graciela Dutra; SANFELICE, Cheila. A influência da família na vivência da sexualidade de mulheres adolescentes. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 15, n.2, 2011, p. 245-250.

RIBAS, João B. Cintra. **O que são pessoas deficientes**. Editora Brasiliense – São Paulo, 1985.

SANTIAGO, Nilza Bernardes; XAVIER, Joelma Aparecida dos Santos. Educação sexual: problematizando sobre a diversidade. **Pedagogia em Ação**, v. 2, n. 1, 2010.p.1-103.

SILVA, Carla Regina; LOPES Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n.2, 2009, p. 88-100.

SILVA, Katia Viviane da. **Diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa**. Disponível em: <<http://programapibicjr2010.blogspot.com.br/2011/04/diferenca-entre-pesquisaqualitativa.html>>Acesso em: 24 maio, 2016.

SOUZA, Jacqueline Pereira de. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança**. Inesc – instituto de estudos superiores do Ceará. Fortaleza, 2012.p.1-12.

SUASSUNA, Livia. Pesquisa qualitativa em Educação e Linguagem: histórico e validação do paradigma indiciário. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2008. p. 341-377.

TURATO, Egberto Ribeiro; RICAS Janete; FONTANELLA, Bruno José Barcellos. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, 2008, p. 17-27.

VALDIVINO, Joelma Oliveira. **A orientação sexual e sua importância no contexto escolar.** Disponível em: <  
www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/download/378/212>. Acesso em: 12 outubro, 2017.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar.** IX Seminário de pesquisa em educação da região Sul. ANPED SUL, 2012, p.03-05.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, Santa Catarina, v. 21, n. 64, 2016, p. 63-67.

WORLD YOUTH REPORT. **Department of Economic and Social Affairs.** United Nations, 2005.p.01-15.

## 6. ANEXOS:

Revista Utilizada para as normas disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/about/submissions#authorGuidelines>

Revista Educação e Realidade.



**Educação & Realidade**

CAPA SOBRE ACESSO CADASTRO PESQUISA ATUAL ANTERIORES ASSINATURAS CONSELHO EDITORIAL  
SUBMISSÃO DE ARTIGOS DIRETRIZES PARA AUTORES

Capa > Sobre a revista > Submissões

### Submissões

- [Submissões Online](#)
- [Diretrizes para Autores](#)
- [Declaração de Direito Autoral](#)
- [Política de Privacidade](#)

### Submissões Online

Já possui um login/senha de acesso à revista Educação & Realidade?  
[ACESSO](#)

Não tem login/senha?  
[ACESSE A PÁGINA DE CADASTRO](#)

O cadastro no sistema e posterior acesso, por meio de login e senha, são obrigatórios para a submissão de trabalhos, bem como para acompanhar o processo editorial em curso.

### Diretrizes para Autores

*Educação & Realidade* não cobra taxas para submissão e publicação de artigos.

1. *Educação & Realidade* aceita para publicação artigos que centrem sua discussão na área da Educação, resultantes de estudos teóricos, pesquisas empíricas, análises sobre práticas concretas ou debates polêmicos e atualizados na área. Os textos, em português, espanhol ou inglês, devem ser **inéditos**. Relatos de pesquisa devem ser transformados em artigos para publicação em revista científica, conforme padrão de *Educação & Realidade*.
2. A seleção dos artigos para publicação toma como referência sua contribuição à Educação, dentro da linha editorial da revista. Também são fundamentais a originalidade

## Diretrizes para Autores

*Educação & Realidade* não cobra taxas para submissão e publicação de artigos.

1. *Educação & Realidade* aceita para publicação artigos que centrem sua discussão na área da Educação, resultantes de estudos teóricos, pesquisas empíricas, análises sobre práticas concretas ou debates polêmicos e atualizados na área. Os textos, em português, espanhol ou inglês, devem ser **inéditos**. Relatos de pesquisa devem ser transformados em artigos para publicação em revista científica, conforme padrão de *Educação & Realidade*.
2. A seleção dos artigos para publicação toma como referência sua contribuição à Educação, dentro da linha editorial da revista. Também são fundamentais a originalidade do tema ou do tratamento dado ao assunto, a consistência e o rigor da abordagem teórica e a qualidade do texto.
3. Os originais devem ser encaminhados pelo *site* da revista (<http://educreal.ufrgs.br>). Os textos devem ser salvos no formato Word ou compatível e devem ser justificados, digitados em espaço 1,5, em fonte Times New Roman, corpo 12. As citações com mais de três linhas devem vir sempre em novo parágrafo, em corpo 10, sem aspás e indentadas.
4. Solicita-se que o nome dos autores não apareça no corpo do artigo. Pede-se também a eliminação de trechos que prejudiquem a garantia de anonimato na avaliação e de dados de identificação nas propriedades do documento.
5. Todos os dados de identificação dos autores deverão ser digitados diretamente nos campos apropriados da página de cadastramento do artigo e do/a(s) autor/a(s) no sistema, incluindo nome completo do/a autor/a ou autores, endereço postal, telefone e e-mail para contato com os leitores, com uma breve descrição do currículo (no máximo três linhas) e filiação institucional. Esses dados **não devem** constar do arquivo Word (ou compatível) enviado pelo portal.
5. Os artigos deverão ter **entre 35.000 e 60.000 caracteres (incluindo os espaços)**, formatados para folha A4, incluindo as referências bibliográficas, notas e tabelas. Devem vir acompanhados de uma folha de rosto na qual, obrigatoriamente, devem constar resumo e abstract (**entre 550 e 750 caracteres, incluindo os espaços**) e palavras-chave (no máximo 5) em português e keywords em inglês. Os títulos devem ter **no máximo 75 caracteres**, incluindo os espaços, e também devem ser traduzidos para o inglês. A folha de rosto **não pode** conter nenhuma identificação dos autores.
7. Alguns itens a serem observados na digitação dos textos: aspás duplas **somente** para citações diretas no corpo de texto; itálico para palavras com emprego não convencional e para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações.
3. As citações devem obedecer à forma (Sobrenome do Autor, ano) ou (Sobrenome do Autor, ano, p. xx). Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, deverão ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (Sobrenome do Autor, anoa, p. xx).
3. As referências bibliográficas deverão conter exclusivamente os autores e os textos citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética, obedecendo às normas da ABNT disponíveis em [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade/referencias-er.htm](http://www.ufrgs.br/edu_realidade/referencias-er.htm). Quando for o caso, sempre indicar o nome do tradutor após o título do livro ou artigo.

Abaixo, alguns exemplos de como proceder:

Livros:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem Abreviatura. **Título do Livro**: subtítulo. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Capítulos de livros:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem Abreviatura. **Título do Capítulo**: subtítulo. In: SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem Abreviatura. **Título do Livro**. Local de publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final.

Periódicos:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem Abreviatura. **Título do Artigo**: subtítulo. **Título do Periódico**, Local de publicação, Instituição, número do volume, número do

Capítulos de livros:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem Abreviatura. **Título do Capítulo**: subtítulo. In: SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem Abreviatura. **Título do Livro**. Local de publicação: Editora, ano de publicação. Páginas inicial e final.

Periódicos:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem Abreviatura. **Título do Artigo**: subtítulo. **Título do Periódico**, Local de publicação, Instituição, número do volume, número do periódico, páginas inicial e final do artigo, mês e ano de publicação.

Teses e dissertações:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem Abreviatura. **Título**: subtítulo. Ano. Número de folhas. Dissertação ou Tese (Mestrado em ou Doutorado em) – Nome do Programa, Nome da Universidade, Local, Ano.

Documento eletrônico:

SOBRENOME DO AUTOR, Prenomes sem abreviaturas. **Título**. Edição. Local: ano. N° de pág. ou vol. (série) (se houver) Disponível em: Acesso em: dia mês (abreviado), ano.

10. Solicitamos que as normas acima sejam cuidadosamente seguidas; caso contrário, os textos enviados **não serão considerados** para avaliação.

11. O processo de avaliação dos artigos enviados à *Educação & Realidade* obedece ao seguinte fluxo:

1) Análise quanto à forma: nessa fase, os artigos são submetidos à leitura de ao menos dois dos editores e são avaliados quanto a sua adequação aos critérios gerais da revista *Educação & Realidade* e à linha editorial. Assim, são devolvidos aos autores os artigos que: 1) configuram-se como relatos de experiência; 2) configuram-se unicamente como revisão bibliográfica; 3) configuram-se notadamente como simples recorte de uma dissertação ou tese, sem a devida adaptação; 4) apresentam-se sob a forma de projeto ou relatório de pesquisa; 5) não apresentam uma análise suficientemente aprofundada da temática que se propõe a discutir; 6) não têm a área da educação como eixo central da discussão; 7) possuem excessivos erros de redação, bem como de estruturação do texto, a ponto de dificultar a compreensão das partes ou mesmo do todo; 8) são meramente descritivos e não apresentam uma análise da problemática abordada; 9) não possuem a forma de artigo científico usualmente praticada nos periódicos de Educação; 10) não cumprem as normas da revista *Educação & Realidade* para submissão dos artigos (formatação, citações, referências...); 11) não apresentam resultados, formulações ou conclusões que apontem avanços para a temática proposta; 12) não apresentam elementos empíricos ou argumentações suficientemente desenvolvidas que fundamentem as conclusões. Tais trabalhos serão devolvidos aos autores com a sugestão de que sejam reformulados, para efeito de nova submissão e avaliação pela revista *Educação & Realidade*, noutra oportunidade. Os trabalhos que não se enquadram em nenhuma das características acima serão considerados aptos para a fase seguinte.

2) Análise por pares quanto ao mérito: nessa segunda fase, a Editoria da revista *Educação & Realidade* encaminha o artigo sem a identificação do autor a, no mínimo, dois pareceristas da área temática específica do trabalho (membros do conselho editorial ou convidados *ad hoc*), de dois estados diferentes ou do exterior. Para a seleção dos pareceristas e das áreas temáticas, são consideradas as classificações da tabela de áreas do CNPq e o conjunto de informações acessíveis na plataforma Lattes. A avaliação levará em conta os seguintes critérios: contribuição à área da educação; originalidade do tema e/ou do tratamento dado ao tema; consistência argumentativa; rigor da abordagem teórico-metodológica; qualidade geral do texto. Os pareceristas podem aceitar plenamente o artigo, aceitar solicitando reformulações ou recusar o artigo. Qualquer uma das hipóteses é justificada por um parecer descritivo. Quando os dois pareceristas recusam o trabalho, o artigo é devolvido ao autor. Quando os dois pareceristas aceitam o trabalho, ele passa à fase seguinte. Por fim, quando um ou os dois pareceristas solicitam reformulações, o trabalho é devolvido ao autor, solicitando que o mesmo considere os pareceres e reformule o artigo no prazo de trinta dias. Quando o autor reenvia o texto reformulado, segundo as sugestões dos pareceristas, ele é reavaliado e passa à fase final.

3) Revisão e adequação do trabalho às normas da revista *Educação & Realidade*: uma vez aceito para publicação, o trabalho é submetido a uma revisão de linguagem e a uma normalização. O trabalho é encaminhado ao autor com as sugestões de correções e adequações, para que seja finalmente encaminhado pela Editoria para a publicação.

## Condições para submissão